Vítor Oliveira Jorge
[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004

PORTO·COIMBRA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
2005

PATRIMÓNIO, NEUROSE CONTEMPORÂNEA?
Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na Idade da Fragmentação

por

Vítor Oliveira Jorge*

para a Susana, com a qual tentei contruir,
ao longo de uma vida, e contra todas as adversidades,
mesmo as que o tornavam improvável, o meu único património

"(...) reparo que o pouco que consegui escrever até hoje foi escrito nas salas de espera dos aeroportos caminhos-de-ferro e cais de embarque. ali sentado espero-me. escrevo-te. depois guardo os escritos nos cacifos automáticos. visito cidades. esqueço-os propositadamente para poder recomeçá-los. arrasto comigo a melancolia destes sinais destes fragmentos de uma memória destroçada.
mudei de casa. mudei de casa trinta e duas vezes desde que aqui cheguei. moro num apartamento vazio. tenho o mercado a dois passos da porta da rua. improvisei uma mesa. Stooges no máximo. chove. não sei onde estou. cheguei aqui durante a noite. (...)"

Al Berto, 2000, p. 43

Resumo: Breve dissertação introdutória sobre a sociedade contemporânea e sobre o lugar que nela pode ocupar o património como um elemento de usufruto colectivo.

Palavras-chave: Património; conservação; neurose.

Abstract: Brief introduction to contemporary society, and to the role played in it by heritage, as a means to make our communitarian life happier.

Key-words: Heritage; conservation; neurosis.

---

* Professor catedrático do DCTP-FLUP, e investigador do CEAUCP (FCT). E-mail: vojsoj@sapo.pt

Para compreender qualquer assunto, torna-se necessário cartografá-lo, isto é, inseri-lo numa geografia de problemas. Sem esse(s) contexto(s), o tema aparece-nos como um fantasma, como um impensável, aparecendo do nada e indo para o nada. A lógica da fragmentação com que as coisas nos surgem exige a inteligibilidade da lógica da reintegração. Como esta última é sempre um gesto precário, está destinada à reiteração. E o(s) autor(es) à procura sem fim do sentido. Mas que sentido teria chegar a um fim, a uma conclusão, que não fosse a da morte?

O "património" não é uma essência, nem um valor atemporal – é uma invenção da sociedade contemporânea. Logo, para o entender (nos seus benefícios e nos seus malefícios), para o perceber como sintoma, é preciso reportarmo-nos à sociedade contemporânea no seu todo.

Por outro lado, a memória, tanto ao nível individual como colectivo, é sempre uma construção do presente, de um presente em permanente fuga para o passado e para o futuro, essas duas figuras do abismo da consciência. Não tem sentido dizer que o passado não existiu, ou falar de "passado acontecido". Não é sob a forma da representação que se deve pensar o passado, mas sob o regime do seu fabrico, como um artefacto, um produto, indispensável à vida quotidiana. O passado existe, sim, como o produto de um desejo de eternidade, no instante.

Se se trata do passado individual, ele pauta-se por regras diferentes do passado colectivo, que é o que está em causa no "património". O passado colectivo, a história e as suas mnemónicas – os seus sinais (não falemos de restos) – é o produto de uma negociação social, uma "ficção" que tem de ser sujeita a protocolos de aferição por outrém. Por isso, se a minha memória me diz respeito sobretudo a mim – ou só eventualmente aos outros na medida em que eu possa fazer dela matéria-prima para qualquer "obra" de interesse expressivo, comunitário – já a memória colectiva é uma questão política. Obedece a regras e a negociações complexas, que muitos autores têm estudado, observando como as mais diferentes sociedades estruturam narrativas (orais ou escritas) sobre os seus passados, que são sempre naturalizações do presente, e muitas vezes assumem a forma de cosmogonias, de explicações da "origem" do mundo e dos seres humanos.

Se a história, como memória colectiva, é provavelmente um atributo da nossa espécie, já como sabemos a história enquanto narrativa explicativa do presente pelo passado, pressupondo uma continuidade e um devir, é um traço ou obsessão típica da cultura ocidental. Se todas as civilizações foram assaltadas pelas figuras da temporalidade, das regularidades cósmicas e da sua significação para o futuro dos seres, a nossa cultura, desde os gregos, parece particularmente preocupada com o tempo e as suas implicações. Basta lembrar Heraclito e as suas tematizações do devir (simbolizadas no rio que corre sem cessar, parecendo sempre diferente) ao qual subjaz a constância do "logos", princípio unificador, que nos "salva", por assim dizer, da escorrência

inútil e incompreensível do sentido, da sua liquefacção.

Se quisesse caracterizar em grandes linhas esta sociedade em que vivemos (pelo menos os que usufruem – por enquanto – das comodidades e regalias "modernas") caracterizá-la-ia como a sociedade da fragmentação. Esse é o seu *ethos* fundamental.

Fragmentação, em primeiro lugar, das coordenadas da experiência humana – o espaço, o tempo – mas também fragmentação da própria experiência, não a um nível superficial, mas atingindo o próprio núcleo das vivências, e portanto das identidades (colectivas e individuais), essas realidades evanescentes, frágeis e sempre "em deslize" para outra coisa.

Digo bem (suponho), "em deslize", porque é a fluidez, o movimento, a aceleração, a in-satisfação, a incompletude (inerente à manutenção do "consumo" como sistema global e envolvente) que caracterizam esta experiência pós-moderna, ou moderna tardia, totalmente nova na história humana, em que estamos "embarcados".

A época em que vivemos, depois das grandes afirmações autoritárias, comunitárias, salvíficas, do séc. XX, que levaram às loucuras e aos crimes do nazismo e do comunismo, caracteriza-se por uma outra forma de violência, de autoritarismo e de ameaça, difusos e, precisamente, fragmentários por excelência: a arrogância aparentemente "soft" dos modelos de vida "ocidentais", que através dos "media" se procuram impor a todo o mundo, rasoirando as culturas, e oprimindo economicamente, e a banalização da pobreza e da violência, esta aparecendo já como um fenómeno quotidiano, "dentro de portas" (e não acontecendo a distância, exótico e televisivo como um espectáculo) e totalmente imprevisível, uma vez que faz da surpresa a sua vantagem de jogo.

O chamado terrorismo – isto é, o "estado pânico" criado pelo pressentimento de que tudo o que há de mais mortífero e ameaçador pode acontecer a qualquer momento, sendo que esse "tudo" não tem limites nem configurações imagináveis,.instalou-se para ficar. Ele é constitucional à sociedade do "bem-estar", hedonista e individualista, em que nos encontramos, e, na verdade, a outra face da mesma.

Assume muitas facetas, esse terrorismo, sendo evidentemente a mais inquietante para nós, "ocidentais", que ele apareça – como uma espécie de vingança altamente sofisticada e tecnológica – do lado dos extremistas islâmicos como ligado a determinada interpretação da religião, e a uma nova forma de internacionalismo, de comunitarismo, planetário como pretendeu ser o comunismo ou mesmo o nazismo do séc. XX. Os que morrem em nome de Alá, como bem-aventurados, fazem-no também em nome do "povo" de todos os crentes contra os infiéis, contra o modo de vida "ocidental" e a sua obscenidade (e não em nome de qualquer estado-nação). É uma das facetas da globalização, da planetarização do mundo – pela primeira vez na história funcionando como um mundo conexo e "em contínuo".

O seu contraponto estrutural é a pulverização ao infinito de qualquer princípio orientador, de qualquer valor partilhável por todos os que habitamos esta mesma "nave

Terra", que agora sabemos ser finita e vulnerável. Por outras palavras, da fragmentação ética, que acompanha a desesperada afirmação de interesses particulares, extremamente predadores a todos os níveis, e que ninguém, nem nenhuma instância, é já capaz de conter. Qual "Caixa de Pandora" aberta, convivemos neste mundo, dia a dia, com a surpresa total, a quebra permanente de tudo em que acreditávamos, ou das solidariedades por que esperávamos, e portanto, globalmente, vivemos em plena perda da razoabilidade das expectativas. É a própria estabilidade mínima do real – base indispensável da estabilidade das relações intra e inter-comunitárias – que está em risco. É o "salve-se quem puder" sem sirene de aviso, porque não há "centro emissor", a fragmentação instalou-se no coração de nós próprios.

O capitalismo contemporâneo, acobertado pela desgastada palavra democracia – tão nobre nos seus princípios como sempre fundamental nos seus intentos, os do respeito pelos outros e pela relatividade de tudo, incluindo a relatividade da fé e a da ciência, próprias de uma sociedade laica – é uma forma extremamente poderosa de terrorismo. Alimenta e alimenta-se das outras. Por exemplo, por que continuam a fazer-se e a sofisticar-se armas de todo o tipo, e a vender-se, naturalmente, a quem possa comprar, sem quaisquer escrúpulos? Por que é que a produção e tráfico de droga não é controlada e extinguida a nível internacional, a ponto de vir parar às nossas portas, a ponto das suas vítimas terem de ser tratadas por nós como doentes, a quem nós subsidiamos com os nossos impostos, na esperança de não nos apontarem uma seringa (não é isto uma forma de terrorismo fragmentário, espalhado, imprevisível, de pequena escala?) ? Por que é que os recursos naturais do planeta estão a ser depredados, com modificação de toda a camada de protecção da Terra e com mudanças de clima que estão a trazer catástrofes de carácter imprevisível, pondo em causa a curto prazo o próprio sistema de comunicações em que se baseiam todos os outros sistemas, como o da circulação de pessoas e bens, segurança, manutenção de infra-estruturas, etc.?

Porque é que a desigualdade de oportunidades e de condições mínimas de vida humana se amplia em vez de se reduzir, não sendo apenas exógena, exótica (um fenómeno do terceiro ou quarto mundo), mas endógena, doméstica? É isto democracia?...

O grande problema, hoje, é o do aprofundamento da democracia num mundo globalizado – o de lutar para que ela não seja meramente formal, ou simbólica, mas para que se traduza em melhorias reais nas capacidades de afirmação autónoma dos cidadãos, para que diminuam as desigualdades, para que as mafias que regem o mundo vão tendo menos espaço de manobra, para que se não comprometa o futuro das novas gerações, para que a informação crítica chegue a um maior número de pessoas, o que significa estender as condições de acesso aos direitos fundamentais, como a saúde, educação, justiça, etc. A história (o curso imprevisível dos acontecimentos) surpreen-

der-nos-á decerto a todos: veja-se o que está a ser a grande revolução do nosso tempo: a ascensão da mulher à condição de ser humano, impensável ainda há décadas.

Voltemos ao tema "fragmentação". Para começar sobretudo ao nível individual, mas considerando que é impossível separá-lo do nível colectivo, na medida em que esta é uma sociedade onde esses planos, ou escalas, permanentemente fluem entre si, e se mesclam.

Para além dos ritmos diários, sazonais, biográficos (trabalho/repouso, tempo de actividade/tempo de férias, emprego/reforma), com todas as transformações que vão sofrendo, existe um artefacto, o telemóvel, que fractura permanentemente a continuação de qualquer actividade. Prótese do indivíduo, permite que a sua própria individualidade seja interrompida em qualquer ponto do espaço e do tempo por elementos externos. A experiência de afastamento (espacio-temporal), de recuo, de silêncio, constitutiva da criatividade individual (da criação da própria individualidade) é assim cortada, cerceada. A experiência auto-reflexiva fica na expectativa da interrupção, tem de se constituir de forma acelerada, e por vezes, mesmo, auto-exclui-se, não suportando ela própria, por interiorização dessa aceleração, o silêncio e o recolhimento. É o próprio indivíduo fracturado, oco, que necessita de se preencher, telefonando, e não percebendo (não tendo capacidade de em tempo real criar uma meta-teoria crítica da sua própria situação) que assim contribui para a intensificação do seu mal-estar. Comunica, para adiar a comunicação consigo, ou melhor, para iludir a sensação de que "ele próprio" já não existe, de que a sua auto-reflexividade foi destroçada.

Se o consumo significa um "zapping" permanente, o comando remoto da televisão e a proliferação de canais disponíveis, associada à frustação que provoca a fruição do "mesmo" (por muito "fundamental" que este "mesmo" se apresente – aliás, a própria repetição da palavra retira-lhe todo o valor, como a frequente categorização dos filmes como "obras primas" pela publicidade) leva à permanente procura de outra coisa, de outra experiência. O indivíduo, tal como o automobilista, corre de experiência em experiência, de espectáculo em espectáculo, de leitura em leitura, de pessoa em pessoa, numa fruição da própria fluidez da circulação. O que conta não é o lugar, nem o que se diz ou faz, nem o quem faz – o que conta é passar sempre de uma coisa ou pessoa para outra. O que é a lógica dos "media" e dos ritmos "artificiais" que impõem à vida quotidiana. Que espanto, assim, se é o jogo e o espectáculo que mais mobilizam multidões? Eles mais não fazem do que corresponder a esta vontade "light" de entretenimento que a todos atinge, no mais íntimo do nosso desejo. Obtida uma satisfação, procuramos outra, se possível a uma velocidade inaudita, como se a própria rapidez, o vulto acelerado, fosse o paradigma da vivência contemporânea: o não indivíduo circulando pelo não lugar. Um palhaço de si mesmo num circo privatizado.

A confusão entre autonomia – capacidade e liberdade de cada um ser senhor do seu destino, na medida do possível – e individualismo – doença do indivíduo, no

sentido de que este não querer ser um entre pares, mas sim o maior entre todos, e, no limite, o único, ofuscando ou apagando os outros – é hoje notória. Esse diagnóstico tem sido feito vezes infindas.

A perda de valores de referência partilhados comunitariamente, e a exaltação do ser individual, quase divinizado como o "locus" da decisão (apesar de todos os rituais que tendem a disfarçar – melhor ou pior – o carácter cada vez mais pré-programado das decisões), a par de uma "sentimentalização" da vida colectiva encenada pelos "media" (heroicização dos agentes anónimos, sacrificialização de figuras públicas, etc.) leva ao aparecimento de projectos egocentristas que revelam neuroses gravíssimas. As pessoas parecem permanentes acrobatas, tentando surpreender os outros com atitudes de (pseudo-) auto-promoção, revelando perda de capacidades de auto-crítica e de ponderação. É a interiorização da ecologia do "vale tudo", com todo o cortejo de deslealdades, irritabilidades, traições – fragmentação, mais uma vez, da estabilidade das relações humanas que é fundamental para a prossecução de tarefas comuns e para se conseguirem objectivos válidos a prazo.

A maior parte das pessoas apresenta-se sem tempo nem recuo crítico para se poder pensar como vítima deste sistema, assumindo-se antes como agente e herói da sua própria auto-destruição: porque ao querer destruir, ofuscar, ou silenciar os outros, aqueles a quem é devedor – e todos nós somos mais ou menos devedores dos outros, porque não poderíamos viver em isolamento – está a contribuir para o seu próprio sofrimento e, a prazo, eliminação. De facto, a maior parte dos indivíduos, nomeadamente dos que se julga "de sucesso", actua como se vivesse num deserto povoado de clones seus, a aclamá-lo permanentemente. Trata-se, mesmo para um não psicólogo ou não sociólogo, de um facto evidente de perda, ou falta de confiança própria, em que o ser individual, para se sentir existir, tem de fazer vácuo à sua volta, ou povoar o meio com ecos de si próprio. O outro, o interlocutor, aqui, torna-se um estorvo, nesta óbvia doença do processo de construção identitária.

O "património", sob a forma de acumulação individualista, ou de coleccionismo (no seu sentido mais geral) é uma manifestação desta doença egotista. Vazio, o ser tem de se rodear de objectos identitários, para se meter dentro de um ovo, ou habitáculo acumulado, onde as próprias paredes lhe estejam sempre a lembrar quem mirificamente ele é, o valor que tem, as experiências por que passou, os amigos e familiares que (mais ou menos pretensamente) comungam da sua experiência, etc. Conheço casas que são verdadeiros cenários doentios deste vácuo.

Telemóvel, comando de televisão a distância, computador portátil, automóvel, avião – eis os operadores constantes de uma vivência fragmentada, de uma vivência dos não lugares, pelos não indivíduos, adentro de um universo homogeneizado e oleado pela música, pelos "out-doors", pela rádio, por todos os sistemas de comunicação que dão uma sensação de se estar sempre no mesmo lugar. É a perda do "genius locii"

que estava dantes ligada ao esforço da deslocação, à distância dos lugares, à aventura do trajecto.

O cumprimento de prazos, de compromissos, de encenação dos mais diferentes papéis sociais (incluindo os que se situam no plano da afectividade e intimidade) é puramente instrumental, maquínico – cada indivíduo é um actor tanto mais perfeito quanto consiga o êxito (sempre temporário, precário), único objectivo que a si próprio se impõe. O paradigma é a máquina, não a máquina mecânica do primeiro industrialismo, mas a máquina computarizada de um mirífico cérebro auto-programável, nomeadamente ao nível emocional. A pessoa projecta-se interiormente como um indivíduo de sucesso se conseguir atingir metas, ultrapassar (ou, se possível, eliminar) concorrentes, não tanto por causa dos outros (nós somos invisíveis, ou in-diferentes, à maior parte dos outros), mas do juízo interiorizado dos outros que a consciência do indivíduo fantasmaticamente lhe dita, lhe mostra. É essa a imagem interiorizada do outro que permanentemente o vê, que se transformou no seu "big brother" vigilante e tirânico, nesta sociedade onde cada um criou a prisão panóptica onde é simultaneamente observador e observado. A pessoa não pode falhar – o sucesso, neste sentido, sobrepõe-se a todos os outros valores, nomeadamente o gosto de fazer ou o fazer com gosto, o prazer de fazer para e com a comunidade, etc. À antiga satisfação do "dever cumprido" substituiu-se a satisfação da meta alcançada, nesta religião do indivíduo em que ele procura, miticamente, imitar as qualidades das antigas divindades que serviam de referências.

A fragmentação do tempo e do espaço, ao nível individual e colectivo, permitem a mercantilização desses vectores, tornados valores económicos. Trata-se, no fundo, da laicização do mundo, da erradicação deste de todos os fenómenos de sonho, magia, etc., reduzidos agora a experiências adquiríveis "por pacote", quer sejam turísticas, quer sejam do domínio do fantástico e do maravilhoso, de que há toda uma indústria em suportes infindos. Mostrando bem que o ser humano "funcional", maquínico, pautado por objectivos "racionalistas", não existe, nem nunca existiu. Quanto mais tecnologia, mais produção de sonho, quanto mais banalidade mais aposta em suportes que não apenas a tornem consumível, mas intensamente desejável. A publicidade, como forma moderna de criação, sobrepõe-se em qualidade, senão quase sempre, pelo menos frequentemente, ao produto que é suposto promover: veja-se Madona e os seus "videoclips", como o célebre da canção "Frozen".

Tudo o que fica escrito é um conjunto de coisas consabidas. Basta debruçaremo-nos um pouco sobre a poesia contemporânea para ficarmos conscientes disso – nem sequer é preciso ler "grandes tratados" de sociologia, psicologia, psicanálise, ou ensaios de caracterização e diagnóstico do mundo em que vivemos.

Fragmentação da produção, que leva à materialização de partes do resultado final em diferentes lugares e tempos, numa cadeia complexa de filtros e circulações – sem

que jamais o "trabalhador", ao contrário do tradicional artesão, ou mesmo do operário fabril, veja o resultado do "seu" trabalho, individual ou colectivo. Carácter fragmentário, diferido, invisível e incontrolável, do armazenamento, circulação, e distribuição das mercadorias (desde as mais "naturais" às mais "artificiais"). Carácter ainda mais fluido e subtil da circulação dos valores financeiros em mercados complexos, onde permanentemente fluem forças e ordens que movimentam, branqueiam, ocultam, visibilizam, aplicam, localizam, deslocalizam, tornando virtual uma realidade que a nossa imaginação não alcança.

A maior parte do mundo, e do que nele se passa, tornou-se opaca, e no entanto cada vez se fala mais em transparência, em informação e em comunicação. É preciso ser-se muito ingénuo, ou ter-se muito pactuado com este sistema, para viver de consciência tranquila, ou para se se manter candidamente preso a formas de contestação ou reforma deste mundo, que ainda não perderam a carga ideológica dos sécs. XIX e XX. Muitos sonhariam com um Marx para o séc. XXI – cada um tem a utopia que pode, mas talvez uma característica essencial do mundo em que vivemos seja precisamente a da impossibilidade de uma teoria geral explicativa do mesmo. Ou melhor: essas teorias estão feitas, estão elaboradas – o que não parece fácil é passá-las à prática. Por isso muitos pragmaticamente substituiram as "ideologias" ou "grandes narrativas" pelas formas de administração que permitam evitar o pior. Mas mesmo para estas últimas é preciso discutir uma ideologia, uma metodologia, uma definição de prioridades.

A humanidade está confrontada com um problema novo. Que não tem nada a ver com o que tinham elaborado os "intelectuais" dos séculos precedentes. Mesmo para as pessoas que se reclamam dessa tradição solidária, contra a exploração do mundo e dos homens, é necessária uma profunda revolução epistemológica para criar uma nova imaginação de futuro, muito prática e muito maquiavélica, se me é permitida a expressão. Os anjos nostálgicos ficarão, como sempre, a decorar os altares. O que está em jogo é a nossa própria sobrevivência – algo demasiado importante para cometermos erros excessivos de avaliação e de acção. Este mundo é mesmo muito perigoso e selvagem – e não tem lugar para consciências cândidas; ou, então, tem, sim, desde que elas o saibam, e aceitem o seu submisso papel, sem o que a sua "figura" é ridícula.

Um problema novo que a humanidade enfrenta é o de criação de uma consciência planetária, precisamente no momento em que o individualismo consumista, fortemente predador e egoísta, se expande. Ou resolvemos este dilema, ou pereceremos.

Outro problema é o da generalização da consciência crítica a um número tão vasto quanto possível de seres humanos. Só a sublevação da sua consciência – que não tem que ser, nem deveria ser, violenta, mas a paciência tem limites – poderá bloquear as forças retrógradas que, em nome do "desenvolvimento" e outras palavras plenas de hipocrisia, pretendem apenas manter privilégios numa fracção mínima da humanidade. É por aí que, muito esquematicamente, passa a fractura entre a chamada esquerda e a

chamada direita – não por intenções, discursos, ou enunciações, mas por actos concretos, que visem a emancipação humana, em toda a sua heterogeneidade possível e sustentável (primeiro caso) ou a sua subjugação a um conjunto de princípios e de práticas opressivas e descriminatórias (segundo caso).

O "património", saído de um dos paradoxos da modernidade (quebrar a ordem antiga, mas recuperar a sua herança para usufruto de todos) tanto pode ser uma forma de opressão (uma força contra a criatividade e a partilha), como de libertação (um instrumento de criatividade e não de segregação). Uma forma de neurose, de obsessão ou doença, ou uma "cura" para a dita neurose, um modo de felicidade. Compete-nos a nós escolher, discutindo para que serve conservar, que discursos vamos construir a partir disso que dizemos conservar, que documentos vamos deixar para que o futuro possa ajuizar da maior ou menor justeza, do maior ou menor rigor, desses discursos.

E, sobretudo, como é que vamos fazer face, politicamente falando, à tremenda avalanche das forças da destruição de tudo quanto ainda nos resta de heterogeneidade cultural e de sinais de formas de vivência que já não existem, ou se tornaram obsoletas, mas que nem por isso queremos eliminar da superfície da terra. Em que "memória" vamos poder ancorar a nossa identidade? Quais os seus suportes? Aceitaremos, como parece ser inevitável, uma paisagem pós-moderna, pontuada por uma sobreposição de "traços", de discursos, com algumas "ilhas" ou "cápsulas de tempo", que sirvam *apenas* de entretenimento? Para que servimos – para construir disneylândias? É este o papel que aceitamos?... Em alternativa, e, como é obvio, em termos caricaturais, não podemos também reinvindicar o congelamento de paisagens ou territórios inteiros, que ficassem como grandes "museus" naturais e históricos, ou parques temáticos, com uma mensagem do tipo "passe um dia no Paleolítico", "passe um dia no Neolítico", e por aí fora. Nalgum modelo intermédio, e de bom senso, teremos de assentar as nossas discussões, aumentando a força social dos especialistas de património. Porque, se não desenvolvermos esse esforço, todo um "património-pastiche" será inventado e construído para gáudio da indústria turística. Onde não há história, inventa-se, e pronto.

Retomando "o fio à meada", de uma forma muito esquemática, a que o espaço me obriga...

Como é sabido (*Dicionário das Ciências Humanas,* p. 634), "a análise freudiana reconhecia nas queixas somáticas e nas outras perturbações puramente psicológicas associadas ao estado neurótico, os sinais de um conflito psíquico insuperável. Neste contexto, a neurose é uma afecção cuja génese é psicológica e cujos sintomas constituem a expressão simbólica de um conflito psíquico em grande parte inconsciente, que radica na história infantil do sujeito e que provoca a formação de compromissos entre as exigências contraditórias dos desejos inconscientes e defesas que impedem a sua realização, levando assim ao recalcamento."

Tem-se verificado continuamente que a prática, o discurso, e o uso do "património", na sociedade contemporânea, se acompanham em regra de *estereótipos de queixa, de perda, de acusação*: o património é aquilo que tem valor, e a que se não dá a devida atenção – é o que está, por condição, em permanente desgaste. Seja por incúria das autoridades, seja por falta de consciência cívica ou cultural, seja por culpa de certos depredadores (que só vêm o seu interesse particular e a curto prazo, e deprezam o geral e o longo prazo), etc. É evidente, como vimos atrás, que há razões muito ponderosas para esta atitude – o que ela pode é não ser eficaz.

A *totalidade mítica*, equilíbrio perfeito do mundo, ou satisfação plena da sociedade e do sujeito, para que tal discurso de queixa parece apontar, estão fora do tempo e do espaço, são exteriores à sua própria possibilidade de realização, alimentando-se, afinal, disso mesmo.

Neles se projecta, de facto, em última análise, o sentimento de *perda fundamental da transcendência paterna* (Deus) que as sociedades modernas acarretaram. Não se trata de dizer que a sociedade contemporânea, de inspiração "ocidental", tem de ser, por essência, consumista, materialista, a-religiosa e/ou ateia. O que se passa é que Deus deixou de ser a referência última (pela qual se justificavam todos os sacrifícios), sendo como vimos substituído pelo *indivíduo* e pela sua capacidade, racional e emotiva, de decidir se isto ou aquilo (incluindo o valor supremo, a transcendência) interessam ou não à sua realização pessoal. O indivíduo é o eixo último da decisão, da razão moral. Só que é um indivíduo, como também vimos, em larga medida fragmentado, perturbado, como o próprio mundo em rápida aceleração que o rodeia. A constituição e a formação de consensos sobre sentidos partilháveis tornou-se extremamente problemática e difícil. Mas não temos outro remédio senão enfrentar essa complexidade.

Vivemos de facto numa sociedade não transcendente, não vertical, mas horizontal, numa sociedade não androcêntrica, mas baseada num *indivíduo abstracto*, onde as referências de género são secundárias (mulher com papel igual ao homem, mas sobretudo reinvindicação de todas as sexualidades ou transexualidades como escolhas possíveis), numa sociedade hedonista e do prazer, onde, como disse, a própria cultura é para ser vivida em fluxo, em série (circulação, turismo, festa, experiências, "curtições", música de fundo) e não sob a forma concentrada do modelo, do único, do sublime, do silêncio.

O valor colectivo mítico, abrangente, de referência última, é a *"cultura"* (mas tornada na prática um valor de consumo, porque plasmada em produtos existentes no mercado), e a parte desta que se materializa e se colectiviza como símbolo identitário e cenário securizante da vida pública, e que além disso tem de ter de se transmitir e ampliar, é o património, em sentido amplo (valor intrínseco).

Por isso, num certo sentido, *o património colectivo não está em destruição, mas em construção e ampliação constantes*, mesmo que uma parte importante dele, em

potência, os *documentos/suportes da memória* – e este é um ponto fundamental –, se tornem cada vez mais alvo de apropriações específicas, por vezes agressivas, ou mesmo brutais, permitidas pela tecnologia actual.

Ou seja, na prática o que há é uma extensão constante, a novos objectos e realidades, da categoria de valor patrimonial, sendo que nuns casos ele é ainda sobretudo simbólico (inserção num museu de um novo quadro de autor ainda pouco conhecido, por exemplo), e noutros acumula com esse valor um valor de mercado, que o torna cobiça de eventuais roubos ou depredações.

Tal ampliação do património dá-se através do coleccionismo, musealização, arquivamento individual ou público de bens, reserva de certas zonas em relação a empreendimentos imobiliários por inserção em áreas especiais de protecção, etc., etc.

Não é difícil ver nesta proliferação um acto de compulsão repetitiva, acentuado por M. Guillaume, uma vontade de reciclar permanentemente o inútil, por referência a uma "memória", que compensa um quotidiano cada vez mais efémero, evanescente, imprevisível, um desejo de posse cuja continuidade se alimenta da sua própria frustração, uma fixação nos objectos como suportes e emblemas de identidade, etc.

Não se trata apenas, nem muitas vezes sobretudo, de "deixar testemunho" de uma experiência. Trata-se de manifestações que traduzem uma indisfarçada *vontade de "lacar" a experiência total*, de negar o tempo, de encerrar o "passado" em "caixas" ou redomas (para não dizer caixões ou jazigos) para poder passar sem ele, para poder esconjurar a morte e abrir espaço para o grande mito, o *conhecimento ilimitado do mundo* (promessa a que também a ciência veio em parte juntar-se, antes de se começar a duvidar da sua "bondade" natural).

Mas a modernidade também se manifesta na vontade simétrica de construir novo, o que implica *eliminar o antigo*, arrasá-lo, ou então integrar parcelas do mesmo, apenas como referência ou mote, por vezes quase irónico, de uma utilidade ou significação perdidas.

Também aqui há a negação do tempo, de corte com o "passado", através não da conservação e colocação da realidade em redoma, mas da destruição, da vontade de fazer tábua rasa e de emitar o demiurgo ou Criador, recomeçando (agora de forma perfeita) a História, o futuro todo, encarado como uma "paisagem panóptica à nossa frente".

Esta atitude de "recarregamento das baterias do mundo" existiu aliás em todas as sociedades humanas, desde as mais "primitivas", e daí vem a importância dos rituais colectivos cíclicos, acompanhados de orgias, sacrifícios, formas diversas de criação de intensidades emotivas comunitárias, etc. – de que ainda hoje nenhuma comunidade prescinde: veja-se o paroxismo futebolístico, ou a sentimentalização que se infiltra por todos os meios, da família (dias da mãe, do pai, dos namorados, da mulher, da criança, dias de tudo e de mais alguma coisa) ao espaço público que é a televisão (telenovelas,

filmes, músicas, sempre num ambiente "light", acompanhado de revistas onde permanentemente desfila esse universo da felicidade/tragédia permanente, heróis e mártires, que repetem estereótipos infantis, etc.).

A novidade da nossa época é que ela se centra, como disse atrás, no *indivíduo*, desgarrado da comunidade, e que este, acima de si, apenas tem a *incerteza* cada mais mais nítida do futuro, do próprio futuro que tanto mitifica.

A meu ver, a única forma de nos voltarmos a tentar centrar é a de nos prepararmos para viver na relatividade, na mescla de culturas, na dialogia, na abertura ao outro como outro (e não como exótico de nós), no risco, tendo como referência última a *solidariedade*.

A *democracia*, libertada da tirania do mercado e do egoísmo frenético e obsceno, que acarreta, e a recuperação daquilo que havia de mais perene nos valores do socialismo e do cristianismo, bem como de outras religiões/ideologias igualmente elaboradas e generosas, parece ser a única solução para a construção de uma utopia de futuro. Em que até a ideia de património, de "conservação", faça obviamente sentido como conjunto de bens e de recursos em cada momento considerados indestrutíveis, partilháveis, negociáveis. Mas este será sempre, como todas as esferas de uma sociedade aberta, livre, democrática, um campo de confrontações, de abdicações e de (esperamos) algumas conquistas, como foi entre nós a do Côa.

Ora, o que tem de (relativamente) novo esta utopia da extensão dos valores democráticos a uma parte cada vez mais significativa do mundo, é que ela não se pode adiar eternamente, precisa de ser criada com brevidade, pela nossa acção resistente e militante, pois de outra forma vamos continuar a ver explodir, no coração das nossas próprias sociedades, egoístas e individualistas, as "bombas" do despeito, da frustração e da inveja que por toda a parte suscitámos. Num texto em preparação (ver bibliografia) conto desenvolver mais este problema.

O saber constitui uma forma privilegiada de poder, um capital simbólico cada vez mais determinante, e pode ainda salvar muitos inocentes. Não por uma revolução, ou reviravolta total; nem por um simples reformismo de Estado, em que os governantes, mesmo quando não mentem quanto a promessas, são impotentes para as concretizar.

Mas sobretudo pela acção benévola de pessoas e de grupos concretos, que coloquem em toda a parte onde possam, onde chegue a esfera da sua acção, pequenas ampolas de tempo, de abertura ao outro, de anti-stresse, de convívio, de exigência, de qualidade, de generosidade, de tolerância, a tudo – menos àquilo que signifique mediocridade e barbárie. Este parece um programa inocente, mas não temos outro caminho senão o de articular o património e a criação numa atitude única, e envolvendo cada vez mais pessoas, instâncias, e territórios. Fazer do património não uma herança pesada, mas um valor dinâmico, incorporado e vivenciado colectivamente, e voltado para a nossa felicidade e para a requalificação do nosso quotidiano.

Não há forma de sair inteiramente da neurose, das nossas neuroses (conservacionistas ou outras). "Visto de perto ninguém é normal", como na canção de Gal Costa. Não existem "mentes sãs em corpos sãos", como queriam as utopias higienistas, profundamente assépticas, e podendo resvalar para tiranias. Existem pessoas concretas, cheias de contradições e valores em confronto, e sobretudo culturas que, através do mundo, vêem aquilo que nós consideramos "património" de uma forma muito diferente da nossa. Importa ter consciência dessa relatividade, ter noção das depredações que por toda a parte praticámos para encher os nossos museus e colecções e construir os nossos monumentos, e criarmos pouco a pouco, também aqui, as bases de uma cidadania mundial que, neste momento pouco feliz do mundo, parecem praticamente irrealizáveis.

Há portanto que abrir janelas de oportunidade, de respiração, de capacidade de afirmação – de muito mais seres humanos do que aqueles que ainda hoje podem construir a sua identidade e a sua dignidade – por entre o "betão armado" da falta de imaginação. Há que abrir fissuras, rasgões, ou, se tal não for possível, apenas pequenas incisões, na realidade asfixiante da consciência dos que nos querem fazer "sentir bem", e deixar continuar tudo como está... e há que saber conjugar uma atitude de rebeldia impaciente com uma posição de grande abertura à negociação, para que o património se não torne um pesadelo, um problema insolúvel, mas antes uma fonte de junção das pessoas e da sua realização pessoal e colectiva.

Porto, Março-Outubro de 2004.

ALGUMA BIBLIOGRAFIA

AL BERTO (2000- 2ª ed.). *O Medo,* Lisboa, Assírio & Alvim.

CASTELLS, MANUEL (2003). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura,* 3 vols, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FENICHEL, OTTO (2004). *Teoria Psicanalítica das Neuroses. Fundamentos e Bases da Doutrina Psicanalítica,* São Paulo, Atheneu.

GIDDENS, ANTHONY (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal,* Oeiras, Celta.

GUILLAUME, MARC (2003). *A Política do Património,* Porto, Campo das Letras.

JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2000). *Arqueologia, Património e Cultura,* Lisboa, Instituto Piaget.

JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2005 – no prelo). A propósito da chamada "agonia do Ocidente"), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* vol. 45.

Kastoriano, Riva (2004). *Que Identidade Para a Europa?,* Lisboa, Ed. Ulisseia.

MARTELO, ROSA MARIA (2004). *Em Parte Incerta. Estudos de Poesia Portuguesa Moderna e Contemporânea,* Porto, Campo das Letras.

THINES, G. & LEMPEREUR, A. (dir. de) (s/d). *Dicionário das Ciências Humanas,* Lisboa, Ed. 70.

VIRILIO, PAUL (1999). *La Vitesse de Libération,* Paris, Galilée.